

RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “ESTUDO DA POLÍTICA PÚBLICA SOBRE AS UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPAs)”¹

PUBLIC POLICY STUDY ON EMERGENCY CARE UNITS (UPAS)

Recebido: 09/06/2022 | Aceito: 18/07/2022 | Publicado: 13/08/2022

Juliana Bomtempo de Oliveira²

 <https://orcid.org/0000-0002-5787-891X>

 <http://lattes.cnpq.br/9867120151121529>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: jubomtempo@hotmail.com

Resenha da obra:

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, César Cavalcante. Estudo da política pública sobre as unidades de pronto atendimento (UPAs). **Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**. Ano II, Vol. II, n. 3, jan. - jun., 2020.

Resumo

Eis uma resenha do artigo intitulado “Estudo da política pública sobre as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)”, de autoria de Jonas Rodrigo Gonçalves e César Cavalcante de Oliveira. O artigo foi publicado no periódico “Anais do congresso de políticas públicas e desenvolvimento social da faculdade Processus”, no Ano II, Vol. II, n. 3, jan. - jun., 2020.

Palavras-chave: UPA. Pronto Socorro. Saúde. Hospitais. Estrutura.

Abstract

This is a review of the article entitled "Public Policy Study on Emergency Care Units (UPAS)", by Jonas Rodrigo Gonçalves and César Cavalcante de Oliveira. The article was published in the journal "Annals of the Congress of Public Policies and Social Development of the College Processus", in Year II, Vol. II, n. 3, jan. - jun., 2020.

Keywords: UPA. First Aid. Health. Hospitals. Structure.

Resenha

Eis aqui uma resenha do artigo intitulado “Estudo da política pública sobre as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)”. O artigo possui como autores Jonas Rodrigo Gonçalves e César Cavalcante de Oliveira. Este artigo resenhado foi publicado no periódico “Anais do Congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus”, no Ano II, Vol. II, n. 3, jan.-jun., 2020.

¹ Revisão linguística desta resenha foi realizada por Michelle Veridiane Segantini da Silva.

² Graduada em Direito pelo Centro Universitário UniProcessus

Acerca da autoria deste artigo, apontaremos um pouco da vida acadêmica de cada um deles. Para uma boa reflexão temática, a experiência e formação do autor contribuem para a escrita do tema. Assim, conheçamos os autores.

O primeiro autor deste artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Doutorando em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília (2019-2022). Realizou mestrado em Ciência Política pelo Centro Universitário Euroamericano/DF (2008). Tem especialidade em Letras (Linguística): Revisão de Texto pela Universidade Gama Filho/RJ (2010), em Didática do Ensino Superior em EAD e em Docência na Educação Superior pela FACESA/GO (2017) e em Formação em Educação a Distância pela UNIP/DF (2018). É licenciado em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Paulista (UNIP). Dispõe de Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (2002), habilitado também à licenciatura plena em História, Psicologia e Sociologia (Portaria MEC 1.405/1993). Além de possuir autoria e/ou coautoria de livros e/ou capítulos de livros publicados. Hoje em dia é professor universitário, com experiência nas áreas de Sociologia, Psicologia, Letras, Ciência Política, atua nos seguintes temas: redação oficial, políticas públicas, SUS (Sistema Único de Saúde), redação discursiva, políticas de saúde, violência, diversidade sexual, gramática, metodologia científica, racismo, ELA e legislações. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>.

O segundo autor deste artigo é César Cavalcante de Oliveira. Graduando em Direito Faculdade Processus, PROCESSUS, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4380177773744736>.

Esse artigo se divide nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, resumen, palabras clave, introdução, “Como são? Como procedem?”, considerações finais, referências.

A referida obra apresenta os serviços e tarefas executados pelas UPAs, como são feitos os atendimentos e como o Estado auxilia financeiramente essas unidades. Além disso, procura expor os ensinamentos do que são as UPAs, como ajudam o SAMU192 no dia a dia e se conseguem reduzir a lotação nos prontos-socorros. Serão apresentadas as leis que regulamentam as UPAs e como essa legislação auxilia no custo e manutenção dessas unidades. Objetivamente, será possível entender como devem funcionar, qual sua composição e como devem atender a população.

O tema deste artigo é: “Estudo da política pública sobre as unidades de pronto atendimento (UPAs)”. Foi discutido o que é uma UPA, como procedem e o que devem oferecer à população.

Neste artigo, o objetivo geral foi apresentar o que é uma UPA. Os objetivos específicos foram: como deve ocorrer o atendimento em suas unidades, como o Estado deve fornecer subsídio financeiro para realizar o seu funcionamento, como elas auxiliam no dia-a-dia do SAMU, se são capazes de reduzir a superlotação dos prontos-socorros e apresentar as legislações que norteiam esse universo.

Os escritores apontam que as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) surgiram no Distrito Federal em 4 de março de 2013, através da Portaria de número 342 (BRASIL, 2013), onde foram determinadas como entidades com atendimento imediato para situações menos complicadas, que buscam amenizar a superlotação nos prontos-socorros. Além disso, informam que são vinculadas ao SAMU, onde ao ligar para o 192 o paciente já possui contato direto com pessoas capacitadas da saúde que informam a verdadeira situação do paciente e o encaminham.

Conforme fora afirmado por Jonas Rodrigo Gonçalves e César Cavalcante de Oliveira, para um ótimo andamento das unidades, elas devem funcionar 24 horas (vinte e quatro horas) por dia, para auxiliar todos os pacientes que as buscarem; possuir uma facilidade em contatar as outras unidades de saúde; ter funcionários bem capacitados para dar assistência à população; ser um local para apoio de pacientes encaminhados; prestar consulta médica; atender corretamente as necessidades médicas dos pacientes; realizar apoio terapêutico e diagnóstico; cuidar dos pacientes em observação para, em caso de necessidade, levar os pacientes que não se recuperarem para internação em hospitais e recorrer ao auxílio do SAMU 192.

Os escritores, de forma cautelosa, apresentaram a classificação das Unidades com relação ao porte, podendo ser de 1, 2 ou 3. A UPA de porte 1 receberá em sua área uma população de 50.000 a 100.000 cidadãos, terá um espaço físico mínimo de 700 m², deverá ser capaz de realizar atendimentos médicos em 24 horas para até 150 pessoas, contará com no mínimo dois médicos por plantão e possuirá no mínimo sete leitos para observação. Ao observar esses requisitos, a unidade receberá um incentivo para edificação, materiais e equipamentos, conforme o Art. 4 § 1º, de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais). A de porte 2 receberá em sua área de 100.001 a 200.000 habitantes, possuirá 1.000 m² no mínimo, será capaz de fazer atendimentos médicos em 24h para até 300 pacientes, deverão estar presentes no mínimo quatro médicos por plantão e ter onze leitos para observação, no mínimo. Analisando essas exigências, a unidade receberá um incentivo para edificação, mobiliário, materiais e equipamentos consonante ao Art. 4 § 1º de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Já a de porte 3 atingirá em sua área uma população de 200.001 a 300.000 pacientes, apresentará um porte físico mínimo de 1.300 m², será capaz de fazer atendimentos médicos em 24h para até 450 habitantes, devem estar presentes no mínimo seis médicos por plantão e ter no mínimo quinze leitos para observação. Observando essas exigências, o incentivo é de R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) e podem ser sujeitas à ampliação.

As informações abordadas no artigo auxiliam na determinação de uma boa qualidade das UPAs ao apresentar os requisitos necessários para tal título. Estes requisitos são: checar os afazeres, adicionar unidades nas centrais de atendimento que auxiliem na regulação da urgência, realizar consultas e cirurgias, estarem conectadas ao SAMU 192, possuir atividades educacionais permanente, além de apresentarem avaliações anuais de indicadores de bom ou mal funcionamento dos serviços. Quanto as especialidades presentes nas Unidades, o texto afirmar que possuem quase todas as necessidades médicas que devem ter no pronto atendimento.

Por fim, Jonas e César, trazem uma informação de extrema relevância apresentando países que possuem um sistema de triagem semelhante ao brasileiro, como em Manchester, onde as pulseiras vermelhas significam emergência, as laranjas significam muito urgente, as amarelas significam urgente, as verdes significam pouco urgente e as azuis significam não urgente, o que auxilia a superlotação nos hospitais e prontos-socorros desde 2008 no Brasil, inicialmente em Minas Gerais.

No presente texto, os autores tornaram possível o entendimento do que uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) deve apresentar de serviço à população, o que são as UPAs, como funcionam, como ajudam no dia a dia do SAMU192 e a sua

capacidade de diminuir a superlotação dos prontos-socorros. Apresentaram as legislações que norteiam este universo, além de uma excelente comparação com o sistema na Inglaterra, em Manchester.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. Unidades ajudam a desafogar os prontos-socorros. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Acesso em: 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2011/08/unidades-ajudam-a-desafogar-os-prontos-socorros>>

BRASIL, PAC. Comunidade Cidadã. Brasília: PAC, 2014. Acesso em: 28 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/comunidade-cidada/upa-unidade-de-pronto-atendimento>>

BRASIL, Saúde Legis. **Sistema de Legislação da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Acesso em: 28 ago. 2014. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0342_04_03_2013.html>

CORREIO BRAZILIENSE. **UPA é inaugurada em Samambaia e pacientes já começam a ser atendidos**. Brasília: Correio Braziliense, 2014. Acesso em 29 ago. 2014. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/02/15/interna_cidade_sdf,237915/upa-e-inaugurada-em-samambaia-e-pacientes-ja-comecam-a-seratendidos.shtml>

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Metodologia Científica e Redação Acadêmica. 6. ed. Brasília: JRG, 2012.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo, SERPA, Mauro Pinto. Direito e Políticas Públicas: extrato da pesquisa de programas sociais vigentes em 2012. Brasília: JRG, 2013.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo Gonçalves; MOURA, Mayara Gomes Ferreira de. Programa “Bolsa Família” como Política Pública de Transferência de Renda no Brasil. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Brasília: Processus, Ano V, Vol. V, n.13, 2013.

PORTAL DA ENFERMAGEM. Plantão read. Acesso em: 28 ago. 2014. Disponível em: <http://www.portaldaenfermagem.com.br/plantao_read.asp?id=1461>

GONÇALVES, Jonas Rodrigo; OLIVEIRA, César Cavalcante. Estudo da Política Pública sobre as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). **Anais do congresso de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social da Faculdade Processus**. Ano II, Vol. II, n. 3, jan.-jun., 2020. Disponível em: <<https://periodicos.processus.com.br/index.php/acppds/article/view/181>>. Acesso em: 17/05/2022.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021.